

Concessionária Linha Universidade S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração Contexto Operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo – SP e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo – SP.

O contrato de concessão prevê a PPP – Parceria Público Privada com o estado de São Paulo, e o projeto de concessão tem o prazo inicial de vinte e quatro anos (24), divididos entre a fase de construção prevista para cinco anos (5) e a fase operação de mais dezenove anos (19).

O edital de concessão divide o projeto três fases distintas:

Fase I - Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação da LINHA 6;

Fase II - Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da LINHA 6, com todas as suas estações, no trecho Brasilândia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda.

Fase III - Expansão dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasilândia - Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante.

O projeto encontra-se na Fase I - Execução de infraestrutura. Em decorrência dos desafios encontrados durante a escavação dos tuneis e as falhas de geologia, a construtora buscou soluções de engenharia para seguir os processos e foram reconhecidos os desafios encontrados. Durante o exercício de 2024, o PC – Poder Concedente reconheceu um ajuste de 3 anos (até 6 de Outubro de 2028) no calendário de obras, e conseqüentemente a Concessionária solicitou ao Estado de São Paulo o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para mitigar os impactos incorridos e os que possam vir a incorrer por consequência desse atraso.

Neste pedido, foi solicitado ao Poder Concedente a prorrogação do prazo, do programa de trabalho acelerado reduzindo o prazo concedido de 3 anos a somente 2 anos, antecipando uma abertura parcial de oito estações a outubro de 2026 e em um ano a inauguração já definitiva de toda a linha (outubro de 2027).

Nesse sentido, o Poder Concedente indicou, em 18 de julho de 2024, que não tinha objeções ao cronograma apresentado, que foi previamente ratificado pela Certificadora contratada para este fim que é representada pela empresa Concremat e Setec. Além disso, em dezembro de 2024, a Certificadora manifestou o seu acordo parcial com os valores reclamados no reequilíbrio econômico-financeiro.

A Companhia de acordo com os requisitos da normativa de contabilidade, atualizou o cronograma de construção, bem como cobranças e pagamentos estimados relacionados ao contrato de Concessão como um todo, reconhecendo um impacto no ativo financeiro de concessão por esse motivo.

De acordo com o contrato de concessão, a companhia prevê o recebimento de aportes de recursos do Poder Concedente referente aos avanços das obras e recebeu aportes de recursos em 2024 que totalizaram R\$ 2 bilhões de reais. O projeto tem acumulados desde 2020 até 2024 valores recebidos que totalizam R\$ 4,4 bilhões de reais.

A Companhia obteve financiamento de longo prazo provenientes de 3 fontes de crédito

1. Emissão de debentures de financiamento ponte de capital no valor total de R\$ 950 milhões reais. Foram emitidas em 2021, com pagamentos parcelas de juros anuais e previsão quitação em outubro 2025.
2. Empréstimo do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais, disponíveis para uso na obra conforme a necessidade de fluxo de caixa. Esse empréstimo está dividido em quatro sub-créditos de tipo A; B; C; D; e possuem prazo de carência com o início de pagamentos até março 2026 e os pagamentos serão em 199 parcelas com vencimentos mensais até setembro 2042. Os desembolsos de recursos do BNDES em 2024 totalizam o valor de R\$ 720 milhões de reais. Acumulados as liberações de recursos provenientes desse empréstimo até o mês de dezembro de 2024 totalizam R\$ 5,0 bilhões de reais.
3. Emissão de debentures de infraestrutura, no valor de R\$ 500 milhões, disponível para todos os investimentos do projeto. A emissão, em outubro de 2023 possui um prazo de carência com o início de pagamentos de serviço da dívida até março 2026 e pagamento será em 28 parcelas com vencimentos semestrais até setembro 2039.

A Companhia aumentou o capital social, subscrevendo novas classes de ações, e o capital subscrito foi elevado para o valor de R\$ 3 bilhões divididos entre as classes de ações ordinárias e preferencias vide (Nota 15). Durante o ano de 2024 os sócios integralizaram parcelas de capital no valor total de R\$ 362,6 milhões de reais, com as integralizações somadas o capital aportado já totaliza o valor acumulado de R\$ 1,3 bilhões de reais.

O poder concedente sinalizou positivamente dando autorização para que a Concessionária inicie o processo de estudos para expansão da Linha 6, Fase III, com 6 novas estações. A equipe da companhia está analisando os impactos, de forma ampla e abrangente para o levantamento dos custos adicionais, viabilidade e o planejamento dos pleitos de possível reequilíbrio no contrato atualmente vigente.

Sustentabilidade e contratação de pessoal

O programa Estação Sustentar, criado a partir das metas de sustentabilidade associadas ao financiamento do projeto da Linha 6 junto ao BNDES e os debenturistas de infraestrutura, busca gerar impacto social positivo e transformar a vida das pessoas que habitam as comunidades localizadas no entorno da futura Linha 6. O programa busca gerar oportunidades por meio da promoção de cursos de formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, geração estímulo à equidade de gênero e fomento atividades sustentáveis como à mobilidade elétrica.

O departamento de Sustentabilidade da Companhia é responsável pela gestão e a correta execução do Programa Estação Sustentar, com ações divididas em quatro pilares:

1. **Empoderamento de Mulheres:** O objetivo deste pilar é aumentar o percentual de mulheres na construção da Linha 6-Laranja de metrô de São Paulo. Esta meta é alcançada através de ações que promovem a equidade, diversidade e inclusão, tanto na construtora ACCIONA quanto na Concessionária Linha Uni.
2. **Formação Profissional:** O intuito é promover o desenvolvimento profissional e a qualificação para o mercado de trabalho, o Estação Sustentar oferece cursos profissionalizantes gratuitos em instituições de ensino reconhecidas para as pessoas que habitam as comunidades no entorno da Linha 6-Laranja de metrô.
3. **Inovação:** Incentiva o crescimento do ecossistema de startups por meio do Programa de Inovação Aberta da Linha Uni (UNION). A promoção do empreendedorismo local tem dois propósitos: a-) criação de soluções inovadoras aplicáveis ao próprio projeto; b-) Apoio a iniciativas que contribuam para objetivos ligados à sustentabilidade local.
4. **Mobilidade Elétrica:** O objetivo é incentivar a descarbonização e promover a prosperidade econômica, gerar postos de trabalho por meio da mobilidade urbana com

veículos 100% elétricos, integrando os diversos modais de transporte da cidade de São Paulo.

Como um pilar adicional associado à geração de impacto social, o Estação Sustentar também contempla ações para alinhamento do investimento em ativos (CAPEX) com a Taxonomia Europeia, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Regulamento UE 2020/852.

Neste sentido a Concessionária e a construtora ACCIONA gerenciam as atividades de construção e futura operação de forma a garantir a mitigação de impactos socioambientais e de mudanças climáticas. Para tal, são realizados estudos e ações que permitem a revalorização dos resíduos gerados na obra, redução do consumo de água, gestão de riscos climáticos, socioambientais e hídricos, bem como o desenvolvimento de políticas de diversidade e inclusão.

Dessa forma, garantimos que o projeto da Linha 6, além de transformar a mobilidade urbana da cidade de São Paulo, contribui para uma transição rumo a uma economia sustentável e de baixo carbono.

Abaixo está um sumário das metas de sustentabilidade do projeto da Linha 6, e os resultados obtidos em 2024 considerando o período de 2022 a 2025.

Resultados obtidos em 2024							
KPIs			SPTs (Resultados Acumulados)				
			2022	2023	2024	2025	Resultados Atuais (ref. Dez/24)
	Taxonomia UE	% CAPEX alinhado a EU Taxonomy Regulation	>95%	>95%	>95%	> 95%	100%
	Formação Profissional	Número de horas de treinamento realizadas e certificadas	55.000	85.000	110.000	120.000	135.840h
	Empoderamento de Mulheres	% Mulheres trabalhando no projeto da Linha 6-Laranja (Linha Uni e ACCIONA)	11%	12%	14%	15%	17,96%
	Mobilidade Elétrica	Número de postos de trabalho criados dentro da comunidade local relacionados com iniciativas de mobilidade elétrica	10	30	60	100	111
	Inovação	Nº de startups com contratos assinados para realizar projetos pilotos com a Linha Uni	-	6	1	15	12
Considerando o Sustainability-Linked Financing Framework, não há SPT no ano de 2024 para o KPI de Inovação. Para antecipar o atendimento do SPT de 2025 (09 startups), foi realizado o UniOn 02 considerando a realização de projetos pilotos para a resolução de desafios com 05 diferentes startups.							



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e acionistas da
Concessionária Linha Universidade S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas metroviários

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na fase I de construção da infraestrutura de concessão: estações, terminais e sistemas metroviários. A Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures, financiamento e aportes de acionistas e do poder concedente para conclusão dessa fase. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 4.1 e 11 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 9.880.987 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual incondicional de receber caixa pelos serviços de construção e operação da linha 6 do metro de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como o efeito da atualização financeira sobre o ativo. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política a valores que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. – Envolvimento de especialistas para revisão técnica do cálculo da taxa de retorno sobre concessão base para a atualização do ativo financeiro . – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, sua atualização financeira, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Walter Malvar Leite da Silva
Contador CRC RJ-117037/O

Concessionária Linha Universidade S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	328.002	63.174
Contas a receber	8	17.682	-
Adiantamentos à fornecedores	9	1.664	1.918
Impostos a recuperar	10	19.132	12.409
Outros ativos		4.711	7.854
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		371.191	85.355
NÃO CIRCULANTE			
Adiantamentos à fornecedores	9	-	1.550
Deposito em garantia		237	185
Ativo Financeiro de concessão	11	9.880.987	7.721.259
Direito de uso		1.070	1.562
Intangível		1.802	2.326
Imobilizado		5.798	73
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.889.894	7.726.955
TOTAL DO ATIVO		10.261.085	7.812.310

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE			
Debêntures	13.2	27.514	27.457
Obrigações Contratuais	13.3	41.952	32.585
Fornecedores terceiros		19.812	8.045
Fornecedores - Partes Relacionadas	14	7.993	31.706
Provisões - Partes Relacionadas	14	120.208	112.167
Outros valores a pagar		9.218	8.379
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>226.697</u>	<u>220.339</u>
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	13.1	5.834.123	4.562.746
Debêntures	13.2	1.434.201	1.365.965
Obrigações Contratuais	13.3	-	41.361
IRPJ e CSLL diferidos	12	459.413	193.552
Outros valores a pagar - Partes Relacionadas	14	48.321	48.321
Outros valores a pagar - terceiros		640	1.161
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>7.776.698</u>	<u>6.213.106</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	1.365.602	1.002.920
Reserva legal		44.604	18.797
Reserva Lucros		847.484	357.148
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.257.690</u>	<u>1.378.865</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>10.261.085</u>	<u>7.812.310</u>

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações condensadas de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	16	4.501.318	3.248.242
Custos dos Serviços Prestados	16	(2.790.239)	(2.318.268)
LUCRO BRUTO		1.711.079	929.974
DESPESAS OPERACIONAIS			
Serviços contratados - Terceiros	17	(62.714)	(39.447)
Serviços contratados - Partes Relacionadas	17	(17.594)	(20.932)
Administrativas, pessoal e tributárias	17	(30.748)	(26.973)
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS		(111.056)	(87.352)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.600.023	842.620
Receitas financeiras	18	27.891	29.226
Despesas financeiras	18	(845.880)	(633.054)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(817.989)	(603.828)
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		782.034	238.794
IRPJ e CSLL diferidos	12	(265.892)	(81.191)
IMPOSTOS SOBRE LUCRO		(265.892)	(81.191)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		516.142	157.603

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	516.142	157.603
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	516.142	157.603

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital		Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva Lucros		
Em 31 dezembro de 2022	1.395.000	(696.550)	10.917	207.425	-	916.792
Integralização de capital	-	304.470	-	-	-	304.470
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	157.603	157.603
Constituição de Reservas	-	-	7.880	149.723	(157.603)	-
Em 31 dezembro de 2023	1.395.000	(392.080)	18.797	357.148	-	1.378.865
Subscrição do capital	1.573.488	(1.573.488)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	362.682	-	-	-	362.682
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	516.142	516.142
Constituição de Reservas	-	-	25.807	490.336	(516.142)	-
Em 31 dezembro de 2024	2.968.488	(1.602.886)	44.604	847.484	-	2.257.690

As notas explicativas parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	516.142	157.603
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
IRPJ e CSLL diferidos	265.892	81.191
Despesa de pessoal - Provisão de folha	3.622	2.009
Custos emissão debentures	836	-
Custos das provisões de fornecedores	(3.322)	-
Provisões de juros de empréstimos	845.483	632.194
Receita de ativo financeiro	(1.587.495)	(846.526)
Depreciação e Amortização	735	328
	41.893	26.799
(Aumento)/redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos		
Adiantamentos a fornecedores	1.804	1.802
Outros ativos	(9.328)	(9.626)
Contas a receber - Clientes	(17.682)	-
Fornecedores - terceiros	11.470	8.485
Obrigações Fiscais e Tributárias	-	795
Fornecedores - partes relacionadas	(23.744)	40.087
Outros Valores a pagar	317	1.168
Outros Valores a pagar partes relacionadas	(33.766)	48.321
Partes relacionadas - provisão	8.041	-
Aportes do Poder Concedente	1.949.268	1.312.916
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.928.273	1.430.747
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativo Financeiro de concessão	(2.521.501)	(2.556.467)
Aquisição imobilizado	(78)	(11)
Aquisição de intangível	(18)	(322)
Direito de uso	348	(679)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(2.521.249)	(2.557.479)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de financiamento BNDES	720.000	525.000
Custo de desembolso pelo financiamento BNDES	(14.198)	(12.156)
Custo das garantias e captação do financiamento do BNDES	(79.397)	(61.467)
Juros pagos de debentures EBL longo prazo	(131.283)	(118.146)
Captação de debentures - emitidas	-	500.000
Custo de captação das debentures	-	(85.584)
Amortização de valores das cessões	-	(292.282)
Juros pagos dos empréstimos	-	(19.866)
Integralização de capital social	362.682	304.470
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	857.804	739.969
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	264.828	(386.763)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	63.174	449.937
No fim do exercício	328.002	63.174
Aumento /(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	264.828	(386.763)

As notas explicativas parte integrante das demonstrações.

1 Contexto operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo – SP e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo – SP.

Projeto de implantação prevê terminais, extensão e integração das estações

Foi mantido o projeto de implantação das estações Brasilândia até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A Linha 6 – Laranja de metrô de São Paulo, que se integrará ao sistema metro ferroviário da região metropolitana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasilândia, Maristela, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Faap/ Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis-Saracura, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande.

a. Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros

A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo e que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo inicialmente 5 anos para construção e implantação das estações e os 19 anos de operação do sistema. O prazo total da concessão, incluindo o prazo decorrido antes da cessão do contrato à Linha Uni é de 28 anos, 6 meses e 22 dias.

A vigência do contrato de concessão aconteceu com a emissão da carta de contratação / extrato de aditamento assinado em 6 de julho de 2020 e publicado no diário oficial em 08 de julho de 2020, a partir do qual dá-se início a contagem do prazo previsto para início e término do contrato para o ano de 2044.

O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação. O poder concedente sinalizou positivamente dando autorização para que a Concessionária inicie o processo de estudos para expansão da Linha 6, Fase III, com 6 novas estações. A equipe da Companhia está analisando os impactos, de forma ampla e abrangente para o levantamento dos custos adicionais, viabilidade e o planejamento dos pleitos de possível reequilíbrio no contrato atualmente vigente.

O projeto encontra-se na Fase I - Execução de infraestrutura. Em decorrência dos desafios encontrados durante a escavação dos tuneis e as falhas de geologia, a construtora buscou soluções de engenharia para seguir os processos e foram reconhecidos os desafios encontrados. Durante o exercício de 2024, o PC – Poder Concedente reconheceu um ajuste de 3 anos (até 6 de Outubro de 2028) no calendário de obras, e consequentemente a Concessionária solicitou ao Estado de São Paulo o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para mitigar os impactos incorridos e os que possam vir a incorrer por consequência desse atraso.

Neste pedido, foi solicitado ao Poder Concedente a prorrogação do prazo, do programa de trabalho acelerado reduzindo o prazo concedido de 3 anos a somente 2 anos, antecipando uma abertura parcial de oito estações a outubro de 2026 e em um ano a inauguração já definitiva de toda a linha (outubro de 2027).

Nesse sentido, o Poder Concedente indicou, em 18 de julho de 2024, que não tinha objeções ao cronograma apresentado, que foi previamente ratificado pela Certificadora contratada para este fim que é representada pela empresa Concremat e Setec. Além disso, em dezembro de 2024, a Certificadora manifestou o seu acordo parcial com os valores reclamados no reequilíbrio econômico-financeiro.

A Companhia de acordo com os requisitos da normativa de contabilidade, atualizou o cronograma de construção, bem como cobranças e pagamentos estimados relacionados ao contrato de Concessão como um todo, reconhecendo um impacto no ativo financeiro de concessão por esse motivo.

Contrato de construção tipo EPC de implantação das Estações

A concessionária visando a Fase I do projeto de construção e obras de implantação contratou em 2020 à empresa Acciona Construcción, que se tornou responsável em realizar as obras civis da linha Laranja de metrô de São Paulo.

b. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

A Companhia obteve junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores de tributos da Receita Federal do Brasil, o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, onde as pessoas jurídicas beneficiárias estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e de serviços para a aplicação exclusiva nas obras de infraestrutura aplicando o benefício de não incidência/suspensão para os impostos federais do PIS - Programa de Integração Social, e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, publicado na Portaria do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 171 de 6 de outubro de 2020 publicada no DOU de 17/06/2020.

c. *Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos - ICMS para implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo*

A Companhia teve sucesso no credenciamento no Regime Especial de ICMS, onde as pessoas jurídicas beneficiárias pelo Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas obras da Linha 6 Laranja do Metro de São Paulo, sem a incidência ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços, conforme comunicado da Diretoria Executiva da Administração Tributária – DEAT, publicado na Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, – processo eletrônico de Regime Especial nº 091092/2020 de Número 1630/2020, em 06 de outubro de 2020 por 5 anos. Recentemente o governo estadual através do parágrafo 5º do artigo 160 do Decreto nº69.274 de 30/12/2024 ampliou o benefício de isenção até 31 de dezembro de 2026 publicado no Diário Oficial do Estado de 30/12/2024.

A Companhia até dezembro de 2024 recebeu valores de aportes de recursos do Poder Concedente referentes aos avanços das obras que acumulados totalizam o valor de R\$ 4,4 bilhões de reais.

Os desembolsos de recursos do BNDES em 2024 totalizam o valor de R\$ 720 milhões e os valores acumulados das liberações executadas até o mês de dezembro de 2024 totalizam R\$ 5 bilhões de reais.

A Companhia recebeu integralização de capital social por parte dos sócios durante 2024 no valor de R\$ 362,6 milhões de reais, e as integralizações de investimentos de capital próprio já totalizam R\$ 1,3 bilhões de reais. O capital subscrito atualmente tem o valor de R\$ 3 bilhões divididos entre as classes de ações ordinárias e preferencias, vide (Nota 15).

2 Resumo das principais políticas contábeis e estimativas críticas

As principais políticas e práticas contábeis e estimativas críticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram as mesmas adotadas na preparação das demonstrações anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Diretoria da Companhia autorizou em 21 de fevereiro de 2025 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das obrigações. A Companhia nesse momento do projeto foca na conclusão da primeira fase - construção e conta com o contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES em 23 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 6,9 bilhões de reais, dos quais a administração faz a gestão conforme a necessidade e avanço dos cronogramas de obra.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma.

Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 2024 que causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, dessa forma as estimativas e premissas que apresentam um risco, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4 Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas.

Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em reais.

Atualmente não está exposta significativamente ao risco cambial decorrente de exposições à outras moedas. O risco cambial decorre basicamente de passivos para aquisição de imobilizado, líquidos dos efeitos de variação cambial e contas a receber de mercado externo.

Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia a longo prazo está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente devido às variações do IPCA - Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil, além que as receitas futuras são também reajustadas com a inflação, constituindo-se num instrumento natural de mitigação.

A Companhia tem também passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com base na simulação de cenários, levando em consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Provável	Cenário II	Cenário III
Referências	2025	10%	(10%)
Taxas – CDI (%)	13,50%	14,85%	12,15%
IPCA	4,59%	5,05%	4,13%

Ativo financeiro	31/12/2024	Indicador	Cenário I 10%	Cenário II (10%)
Ativo Financeiro	9.874.953	IPCA	(1.515)	1.515
Total	9.874.953		(1.515)	1.515

Passivo Financeiro	31/12/2024	Indicador	Cenário II 10%	Cenário III (10%)
Circulante				
Debentures	(27.514)	IPCA	-	-
Obrigações Contratuais	(41.952)	CDI	-	-
Circulante	(69.466)		-	-
Financiamento	(5.834.123)	IPCA	(284)	285
Debentures	(1.434.201)	IPCA	(38)	38
Não circulante	(7.268.323)		(322)	323
Total	(7.337.790)		(322)	323

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, traz as disponibilidades de caixa e equivalente de caixa e os riscos referentes aos contratos firmados para os quais a Companhia está exposta a variações o índice contratual, no entanto os valores desses índices não apresentam variações relevantes. Os valores que podem gerar prejuízos são imateriais.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está sujeita:

Crédito bancário

No risco de crédito bancário, com base nas sobras de caixa a Administração determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações financeiras somente nos bancos considerados de primeira linha (rating), de baixíssimo risco, contratando aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de curto prazo de máximo 90 dias, remunerando a taxa CDI com percentuais entre 65 e 95%.

Instituição financeira	S&P	Fitch	Moody's
Banco do Brasil S. A	BB	BB	Ba1
Banco JP Morgan Brasil S. A	A+	AA	Aa2

Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção.

Os recursos financeiros da Concessionária foram obtidos por meio de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das futuras receitas da prestação de serviços – contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias – e receitas acessórias de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinados para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O potencial excesso de caixa mantido é investido em contas bancárias com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar sua liquidação. As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Curto prazo	Longo prazo	2025	2026	2027 a 2042
Financiamento	-	(5.834.123)	-	(364.633)	(5.469.490)
Debentures	(27.514)	(1.434.201)	(27.514)	(89.638)	(1.344.563)
Obrigações contratuais	(41.952)	-	(41.952)	-	-
Partes relacionadas	(128.201)	(48.321)	(128.201)	-	(48.321)
Outros passivos	(29.030)	(460.052)	(29.030)	(28.754)	(431.298)
Total	(226.697)	(7.776.697)	(226.697)	(483.025)	(7.293.672)

Em decorrência da etapa atual do projeto (fase I) onde a infraestrutura necessária para operação está sendo construída e desenvolvida e não há operação para se gerar caixa operacional, a Companhia conta com recursos oriundos de acionistas, do poder concedente e financiamento junto a instituições bancárias para as operações que, neste momento, trata-se substancialmente do desenvolvimento de obra do projeto do metrô.

A situação de liquidez com vencimentos em curto prazo é esperada para o desenvolvimento de um projeto desta natureza. À medida em que a Companhia se prepara para receber recursos oriundos do financiamento de longo prazo do BNDES (contrato que já se encontra assinado) e com isso melhorar sua situação de liquidez, aportes de acionistas e poder concedentes, bem como eventuais empréstimos ponte são considerados pela companhia para liquidação de suas obrigações de curto prazo.

A Companhia estruturada no modelo financeiro para garantir o avanço durante a Fase 1 do Contrato de concessão indica as principais movimentações de recursos recebidas e realizadas e o detalhe da sua fonte indicadas abaixo:

- ✓ Financiamento Ponte de Projeto (Debêntures 1ª; 3ª Emissão) - R\$ 1,5 bilhão reais— emitidas 2020 e quitadas em 2022;
- ✓ Financiamento Ponte de Capital (Debêntures 4ª Emissão) - R\$ 950 milhões reais— emitida em 2021 de longo prazo com vencimento a partir de 2026;
- ✓ Liberação do empréstimo Longo Prazo (BNDES) - R\$ 5,0 bilhões reais – acumulado até 2024;
- ✓ Financiamento de Infraestrutura Longo Prazo (Debêntures 5ª Emissão) - R\$ 500 milhões reais – longo prazo emitida em 2023;
- ✓ Aportes de Recursos pelo Poder Concedente: R\$ 4,4 bilhões reais acumulados até dezembro/2024;
- ✓ Aportes dos sócios R\$ 1,4 bilhão reais acumulado até 2024;

Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia a Administração pode propor caso em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento vide nota (13.3).

- (a) **Estimativa do valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Instrumentos financeiros por categoria

Pressupõe-se que os registros dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e as contas a pagar aos fornecedores, outras obrigações assumidas apresentadas pelo seu valor contábil, menos o pressuposto de perdas por impairment, no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Ativos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	328.002
Contas a receber	Custo amortizado	17.682
Outros ativos	Custo amortizado	23.843
Adiantamentos	Custo amortizado	1.664
Circulante		371.191
Depósitos em garantia	Custo amortizado	237
Não circulante		237
Total ativos financeiros		371.428
Passivos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Debêntures	Custo amortizado	(27.514)
Obrigações contratuais	Custo amortizado	(41.952)
Partes relacionadas	Custo amortizado	(128.201)
outros passivos	Custo amortizado	(29.030)
Circulante		(226.697)
Financiamento	Custo amortizado	(5.834.123)
Debêntures	Custo amortizado	(1.434.201)
Partes relacionadas	Custo amortizado	(48.321)
Obrigações contratuais	Custo amortizado	(459.413)
outros passivos	Custo amortizado	(639)
Não circulante		(7.776.697)
Total passivos financeiros		(8.003.394)

4.1 Ativo Financeiro – Concessão de serviços públicos.

O Contrato de Concessão Patrocinada nº 15/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 4/2013, Processo STM nº 770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da linha e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde:

- ✓ Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que são atendidas todas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão a qual fornece as orientações sobre a contabilização de concessões e de serviços públicos a operadores privados de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizado e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
2. A infraestrutura de construção será recuperada através do seguinte fluxo de caixa:
 - (a) Remuneração da contraprestação pecuniária;
 - (b) Aporte de recursos pelo Poder Concedente.

A Administração considera que os pagamentos pelos investimentos na construção assim a remuneração pecuniária referente aos aportes de recursos, assim como tendo em conta que o risco da demanda real está coberto pelo poder concedente, aplicará tudo ao registro em seu ativo financeiro, não reconhecendo itens como ativo intangível na contabilidade da sociedade.

Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos: CPC 47 – Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a Companhia, com base no seu contrato de concessão, atendeu a determinadas características para que os investimentos se qualifiquem para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Importante mencionar que o contrato de concessão prevê a recomposição do reequilíbrio econômico e financeiro do projeto, em sua cláusula 20.7.1.8, para o caso a demanda trimestral contabilizada encontrar-se em patamares entre o mínimo de (60%) ou acima de (140%) para o período comparativamente a demanda projetada.

A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício.

4.1.1 Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Se uma entidade revisa suas estimativas de pagamentos ou recebimentos, ela deve ajustar o valor contábil bruto do ativo financeiro ou o custo amortizado de um passivo financeiro (ou grupo de instrumentos financeiros) para refletir os fluxos de caixa contratuais estimados revisados. A entidade deve recalcular o valor contábil bruto do ativo financeiro ou o custo amortizado do passivo financeiro como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais estimados, que são descontados à taxa de juros efetiva original do instrumento financeiro (ou taxa de juros efetiva ajustada por qualidade creditícia para ativos financeiros comprados ou originados com problemas de crédito). O ajuste é reconhecido no resultado do período como receita ou como despesa.

5 Principais contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

5.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos nas contas de Caixa e equivalentes de caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

5.1.2 Receitas de contratos com clientes

A Concessionária segundo a norma o ICPC 01, presta serviços de exploração de serviços públicos de transporte metroviários, conforme definido no contrato de concessão está na fase I de construção e implantação de sistema para a Linha 6 - Laranja do Metro de São Paulo, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 2020. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 desta nota. As receitas metroviárias, serão reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional será reconhecida pelo método linear durante o período de vigência.

A Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, reconhece em seus registros o custo de construção em contrapartida dos fornecedores contratados, a receita de construção correspondente como ativo financeiro.

5.1.3 Instrumentos financeiros

A Concessionária adotou inicialmente uma taxa de remuneração esperado para o ativo financeiro, sobre os valores da classificação e da mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado.

O modelo financeiro de negócios da Companhia, projeta a taxa esperada de atualização do ativo financeiro durante o período contratual da concessão dos serviços públicos, onde o ativo financeiro é mantido a fim de receber fluxos de caixas futuros, de acordo cláusulas contratuais firmadas, datas e previsões que servirá para remunerar os investimentos no projeto.

- (a) **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor do custo amortizado.

5.1.4 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação.

Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- ✓ **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- ✓ **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

- ✓ **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

(i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

- (a) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros encontrados e apresentados pelo valor líquido que é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- (b) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.
- (c) Perdas por impairment:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado perda por desvalorização sobre os ativos financeiros e não financeiros a ser reconhecido.

- (d) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de hedge (Hedge Accounting).

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

5.2 Ativo financeiro da concessão

- (a) **Constituição do ativo financeiro:** Valores dos contratos de cessão dos direitos e assunção de dívidas e obrigações da concessão, as contratações de serviços especializados no Brasil e no exterior para prestar assessoramento no estudo de modelos e de levantamento de financiamentos para viabilidade do projeto nos assuntos que tange a construção do projeto e nas formalizações legais e contratuais.

Registrado ao custo de aquisição de acordo com o instrumento de cessão de direitos, refere-se ao Projeto de implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo para construção dos terminais e das estações do metrô, o termo aditivo do contrato de concessão, determinado o custeio e ressarcimento de tais estudos no contrato de concessão através do recebimento das receitas tarifárias e demais receitas advindas da operação do sistema.

- (b) **Concessão:** Refere-se a direito de atuar durante as três fases previstas no contrato de concessão e nos aditivos I e II assinado em 2020, sendo a fase I construção e implantação dos sistemas, fase II e III a operação do sistema metroviário de São Paulo, manutenção e expansão especificamente a Linha 6 Laranja do metrô, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 24 anos.

5.3 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos, ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável. Uma perda por deterioração é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, e representa o maior valor entre o valor justo e seus preços de venda em condições de uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há registros de impairment.

5.3.1 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas de pagar pela aquisição de bens e/ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificados entre os passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data de vencimento.

5.3.2 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

5.4 Provisões

As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) e se o valor provisionado puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria para seus empregados, outras obrigações pós-emprego, ou remunerações baseadas em ações.

5.4.1 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda da pessoa jurídica do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, e a Contribuição Social sobre o lucro líquido utiliza a alíquota de 9% sobre a base tributável. Para fins de compensação de prejuízos fiscais e base negativa, a sociedade observa o limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido e/ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas

o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia, de acordo com o CPC 32 Impostos diferidos – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

5.4.2 *Demais passivos circulantes e não circulantes.*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

5.5 *Capital social.*

As ações do capital social são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido apresentando os totais e segregando os totais de ações por classes.

6 *Normas emitidas, mas ainda não vigentes.*

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2024, são as seguintes:

- ✓ Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC26/IAS1) - As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- ✓ **Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)** – As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.
- ✓ A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem “integralmente vinculada”, com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial.
- ✓ **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	3	8
Aplicações financeiras (i)	327.999	63.166
Total	328.002	63.174

- (i) O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata à taxa negociada que varia entre 65% e 95% da taxa CDI negociadas com instituições conhecidas e sólidas no mercado.

8 Contas a receber

Os valores registrados como contas a receber, são referentes aos valores adicionais cobrados do Poder Concedente em função dos desvios geotecnológicos encontrados durante a construção das estações - PUC Cardoso de Almeida, Freguesia do Ó, Joao Paulo e Higienópolis-Mackenzie. Os valores foram reconhecidos após o recebimento da confirmação formal do Poder Concedente diante do parecer técnico da Certificadora sobre a implantação e a aprovação dos custos referentes à superveniência geotecnológicos ocorrida após análise desta Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões (CMCP), através da análise o parecer técnico encaminhado por meio da Carta CS-089/2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	17.682	-
Total	17.682	-

9 Adiantamentos a fornecedores

O registro do valor de adiantamento feito pela companhia, refere-se ao cumprimento da cláusula contratual firmada junto a fornecedores pela contratação de serviços de implantação de sistemas específicos para o funcionamento das novas estações do metrô.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Adiantamentos a fornecedores	1.550	1.918
Outros adiantamentos	114	-
	1.664	1.918
Não Circulante		
Adiantamentos a fornecedores	-	1.550
	-	1.550
Total	1.664	3.468

10 Impostos a recuperar

O registro dos créditos tributários feito pela companhia, refere-se em grande parte aos valores de IRRF retido sobre os saldos das aplicações financeiras resgatados, que não foram utilizados na apuração do exercício e que será utilizado futuramente.

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a recuperar 2020 a 2024	18.973	11.940
Outros valores de créditos a compensar	159	468
Total	19.132	12.408

11 Ativo financeiro de concessão

A concessionária adquiriu a concessão pública em outubro de 2020, por meio da cessão de direitos a concessão da Linha 6—Laranja de metrô de São Paulo, para a construção e a operação do trecho Brasilândia até São Joaquim de metrô. O projeto se encontra na fase I de construção e implantação da linha.

A administração da companhia avaliou o registro contábil do contrato de concessão como Ativo Financeiro pelas suas características. O edital do projeto possui a data base 2013, e por isso valores adicionados ao ativo financeiro são atualizados conforme índices contratuais pré-determinados e a composição dessas bases refletem na taxa de retorno que tem o índice percentual de 13,62% a.a. na posição findo em 31 de dezembro de 2024 e de 13,52 % em 31 de dezembro de 2023.

O quadro indicativo a seguir apresenta os valores dos investimentos acumulados nos períodos registrados como ativo financeiro da concessão:

	31/12/2024	31/12/2023
Contrato de Cessão Move São Paulo	516.870	516.870
Contrato Cessão Entidades Financeiras Credenciadas	309.308	309.308
Contrato Cessão BNDES	283.213	283.213
Contrato de Cessão Move São Paulo	88.000	88.000
Contrato de Cessão Distrato EPC	118.404	118.404
Contratos de cessão da operação (a)	1.315.795	1.315.795
Atualização financeira (b)	3.354.720	1.767.717
Atualização financeira do Contrato (b)	3.354.720	1.767.717
Contrato de Construção - EPC	8.658.110	6.559.385
Contrato de Construção Material Rodante	472.701	172.347
Ativo Financeiro Máquinas e Equipamentos	8.891	-
Contrato da obra e aquisição de equipamentos(c)	9.139.702	6.731.732
Contratos de assessoria (d)	107.720	107.720
Outros gastos operacionais (f)	387.593	273.570
	495.313	381.290
Aportes do poder concedente (e)	(4.424.543)	(2.475.275)
Total	9.880.987	7.721.259

- (a) Os registros referentes à compra da operação e assunção das dívidas existentes entre as empresas do Consórcio [Move São Paulo e os bancos envolvidos nos financiamentos.

- (b) O registro dos valores da atualização financeira do ativo financeiro de concessão adquirido, esses valores podem ser afetados de acordo com os avanços da obra e mudanças no cenário econômico.
- (c) Os registros dos valores que envolvem o avanço da etapa de construção e da produção e certificação da obra e demais aquisições de equipamentos, esses valores podem ser afetados nos períodos apresentados pelo ritmo de construção e montagem dos equipamentos e sistemas.
- (d) Os registros dos valores referem-se a contratação de assessorias para formulação dos acordos e para busca de opções de financiamento no Brasil e no exterior.
- (e) Os registros dos valores referentes ao aporte do poder público referente à PPP - Parceria Público Privada, previstos no contrato de concessão, no qual o Estado contribui com o aporte de fluxo financeiros no projeto, com base nas métricas pré-definidas em critérios de medição e no avanço da obra.
- (f) Os valores registrados referem-se aos gastos operacionais da Concessionária, que estão sendo capitalizados durante a fase de obras e constitui uma parte do investimento ativo financeiro de concessão.

12 Impostos de renda e contribuição social diferidos

Na determinação dos impostos de renda e da contribuição social diferidos a Companhia apresenta créditos tributários decorrentes dessa fase do projeto e de prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas (CSLL).

A compensação dos prejuízos fiscais limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura, e estabelecem as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido reconhecido por prejuízos fiscais, enquanto os registros do passivo diferido estão relacionados às diferenças temporárias e à expectativa de realização futura.

O plano de negócio da Companhia prevê prejuízos fiscais na fase de construção e da implantação das estações e dos sistemas, estes serão compensados em exercícios posteriores, quando a Companhia começar a receber as receitas tarifárias pelo funcionamento das estações e demais receitas contratuais, com isso ela terá direito aos fluxos de caixa pela expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, advindos da operação dos transportes de passageiros, locação de espaços e publicidade.

Apuração da IRPJ e CSLL – Base permanente	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	782.034	238.794
(+) Adições	456.029	988.580
Custo de construção	452.669	986.275
Provisões indedutíveis	3.360	2.305
(-) Exclusões	(2.155.240)	(1.935.237)
Receita de construção	(452.669)	(986.275)
Receita de atualização do ativo	(1.701.025)	(948.962)
Outras	(1.546)	-
(=) Base tributável	(917.177)	(707.863)
IRPJ	25% (229.294)	(176.965)
CSLL	9% (82.546)	(63.709)
Total – IRPJ/CSSL diferido ativo (a)	(311.840)	(240.672)

Apuração da IRPJ e CSLL – Base diferenças temporárias	31/12/2024	31/12/2023
(+) Adições	456.029	988.580
(-) Exclusões	(2.155.240)	(1.935.237)
(=) Base tributável	(1.699.211)	(946.657)
IRPJ	25% (424.803)	(236.664)
CSLL	9% (152.929)	(85.199)
Total – IRPJ/CSSL diferido passivo (b)	(577.732)	(321.863)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos diferidos (a)	311.840	240.672
Passivos diferidos (b)	(577.732)	(321.863)
Total líquido – IRPJ/CSSL diferido passivo (c)	(265.892)	(81.191)

Quadro do saldo acumulado – IRPJ e CSLL diferidos

Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2020 a 2023	(193.521)	(193.552)
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2024	(265.892)	-
Total IRPJ/CSSL diferido acumulado	(459.413)	(193.552)
Alíquota efetiva - (%)	34%	34%

13 Debêntures, financiamentos e obrigações contratuais

13.1 Financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Companhia obteve a liberação do financiamento de longo prazo do BNDES e o aporte no valor de R\$ 4.995.000 (quatro bilhões e novecentos e noventa e cinco milhões de reais) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para este contrato são esperadas novas liberações que totalizará o valor de R\$ 6.900.000 (seis bilhões e novecentos milhões reais).

Abaixo demonstramos as movimentações do financiamento junto ao BNDES segregados entre o contrato de cessão e o contrato de longo prazo:

Financiamento	Taxa contratada – IPCA + Spread	31/12/2022	Liberação	Custo de captação	Custo garantias BNDES	(+) Juros	31/12/2023
Subcredito A	IPCA + 3,39	1.187.695	153.311	(4.100)	(20.734)	160.273	1.476.445
Subcredito B	IPCA + 3,79	170.171	94.192	(728)	(3.682)	28.461	288.413
Subcredito C	IPCA + 3,39	2.278.342	274.000	(7.319)	(37.007)	286.087	2.794.104
Subcredito D	IPCA + 3,79	-	3.497	(9)	(44)	341	3.785
Não Circulante		3.636.207	525.000	(12.156)	(61.467)	475.162	4.562.746

Financiamento	Taxa contratada – IPCA + Spread	31/12/2023	Liberação	Custo de captação	Custo garantias BNDES	(+) Juros	31/12/2024
Subcredito A	IPCA + 3,39	1.476.445	208.304	(4.594)	(25.692)	208.818	1.863.281
Subcredito B	IPCA + 3,79	288.413	140.198	(897)	(5.019)	40.791	463.486
Subcredito C	IPCA + 3,39	2.794.103	371.000	(8.695)	(48.621)	394.829	3.502.616
Subcredito D	IPCA + 3,79	3.785	498	(12)	(66)	535	4.740
Não Circulante		4.562.746	720.000	(14.198)	(79.398)	644.973	5.834.123

13.2 Debêntures

A Companhia utiliza recursos provenientes de financiamentos de longo prazo para avançar com as fases do projeto de construção do metrô Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo, adicionalmente, foi necessário recorrer a empréstimo pela emissão de debêntures para disponibilizar mais recursos ao projeto e financiar os gastos e obrigações necessários não cobertos pelo recurso BNDES.

Em 31 de dezembro de 2023

	CDI+ Spread	31/12/2022	Captação Amort. Principal	Custo de Captação	+ Juros incorridos	(-) Juros pagos	31/12/2023
Curto prazo	CDI +1,82%	-	-	-	145.603	(118.146)	27.457
Longo prazo	CDI +1,82%	959.678	500.000	(85.584)	(8.129)	-	1.365.965
Total		959.678	500.000	(85.584)	137.474	(118.146)	1.393.422

Em 31 de dezembro de 2024

	CDI+ Spread	31/12/2023	Captação Amort. Principal	Custo de Captação	+ Juros incorridos	(-) Juros pagos	31/12/2024
Curto prazo	CDI +1,82%	27.457	-	-	131.340	(131.283)	27.514
Longo prazo	CDI +1,82%	1.365.965	-	836	67.400	-	1.434.201
	Total	1.393.422	-	836	198.740	(131.283)	1.461.715

Apresentamos os saldos das debêntures segregados por vencimento.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Debêntures	(27.514)	(27.457)
	<u>(27.514)</u>	<u>(27.457)</u>
Não circulante		
Debêntures	(1.434.201)	(1.365.965)
	<u>(1.461.715)</u>	<u>(1.393.422)</u>

13.3 Obrigações contratuais

As obrigações assumidas no contrato de compra de ativos e no contrato de cessão de direitos firmados junto à Move SP nos valores de R\$ 88.000 e R\$ 118.404 respectivamente, preveem carência de prazo, os pagamentos que iniciaram em 2022 e seguem anualmente até o outubro de 2025, com acréscimo de juros de 3% a. a.

Os contratos de cessão incluem valores transacionados pelas empresas que fizeram parte do consórcio de empresas construtoras, que atuaram nas obras do projeto da concessão e os valores dispendidos e obrigações assumidas.

O acordo prevê pagamentos de valores pelas obrigações contratuais assumidas, e apresentamos abaixo o detalhe dos valores a vencer:

Em 31 de dezembro de 2023

Obrigações contratuais	31/12/2022	Transf.	Amortização	Juros apropriados	Juros Pagos	31/12/2023
Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	170.594	-	(128.838)	5.593	(14.764)	32.585
	170.594	-	(128.838)	5.593	(14.764)	32.585
Não Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	63.741	-	(30.380)	-	-	33.361
Empréstimos - Move	8.000	-	-	-	-	8.000
	71.741	-	(30.380)	-	-	41.361
						-
Total Obrigações contratuais	242.335	-	(159.218)	5.593	(14.764)	73.946

Em 31 de dezembro de 2024

Obrigações contratuais	31/12/2023	Transf.	Amortização	Juros apropriados	Juros Pagos	31/12/2024
Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	32.585	-	-	1.367	-	33.952
Empréstimos - Move	-	8.000	-	-	-	8.000
	32.585	8.000	-	1.367	-	41.952
Não Circulante						
Empréstimos - Consórcio Move	33.361		(29.596)	-	(3.765)	-
Empréstimos - Move	8.000	(8.000)	-	-	-	-
	41.361	(8.000)	(29.596)	-	(3.765)	-
						-
Total Obrigações contratuais	73.946	-	(29.696)	1.367	(3.765)	41.952

(*) A companhia efetuou a quitação das obrigações contratuais assumidas do acordo contratual de compra realizado com a Move destinados a pagar as dívidas financeiras referente a parcela dos empréstimos ligados ao BNDES e suas Entidades Financeiras credenciadas, esses pagamentos de iniciaram em 2020 e finalizaram 2023 de acordo com a previsão inicial e os pagamentos efetuados.

Covenants sobre os empréstimos e financiamentos contratados

A Companhia celebrou alguns contratos de empréstimos e assunção de dívida que contêm cláusulas que regem questões de covenants.

Nos contratos firmados pela concessionária entre as principais cláusulas de covenants obrigam a companhia a observar itens como os descritos abaixo:

- ✓ Pagamentos de dividendos limitados aos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações.
- ✓ Conceder ou amortizar qualquer empréstimo, mútuo ou pagamentos de qualquer natureza a quaisquer afiliados.
- ✓ Obter autorização prévia dos debenturistas para casos de redução de capital.
- ✓ .

A Companhia não identificou nenhuma não conformidade para os períodos apresentados nessa demonstração dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

14 Partes relacionadas

A Concessionária faz parte do Grupo Acciona, de origem espanhola que atua na promoção e gestão de infraestruturas em diversos países, atuando nas áreas de construção, água, indústria, e serviços e energias renováveis, formada por várias empresas e considerada entre as maiores construtoras da Espanha, com sede em Madrid.

Durante a Fase I do projeto o contrato foi celebrado com o objetivo de executar a obra, e a concessionária contratou a construtora Acciona Construcción como responsável pelas obras, O contrato EPC – refere-se à construção dos túneis, dos terminais e das estações da linha do metrô;

A concessionária adicionalmente celebrou o contrato com a Acciona Concessiones S.A, referente à contratação dos profissionais da área de Engenharia e Financeira.

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, na Companhia decorrem das transações descritas:

Partes Relacionadas	Fornecedores-Provisões		Fornecedores		Outros valores a pagar partes relacionadas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Acciona Construcción S.A (i)	120.208	111.472	7.976	20.995	48.321	48.321
Acciona Concesiones S.A (ii)	-	695	17	10.711	-	-
	120.208	112.167	7.993	31.706	48.321	48.321

Resultado	Custo serviços contratados EPC	
	31/12/2024	31/12/2023
Acciona Construcción S.A (i)	2.429.906	2.299.065
Acciona Concesiones S.A (ii)	4.073	8.856
	2.433.979	2.307.921

- (i) Acciona Construcción, construtora sucursal no Brasil. Os valores registrados nas contas de ativo e passivo referem-se a Fase I da construção do projeto referente à implantação dos terminais e das estações do metrô previstos no contrato da obra – EPC e os serviços contratados, que podem apresentar oscilação devido ao ritmo das obras.

- (ii) Acciona Concesiones, empresa espanhola responsável por projetos de concessão de transportes, água e energia em vários países. Os valores registrados nas contas de ativo e passivo referem-se às assessorias que atuaram nas áreas de engenharia, legal e financeira.

15 Patrimônio líquido

A Concessionária foi constituída em 22 de novembro de 2019 com a razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 1, representado por 1.000 ações de valor nominal e tendo como objeto social atuar como Holding de instituições não financeiras, sendo posteriormente alterada a denominação social para Concessionária Linha Universidade S.A. e o objeto social para atuar como prestador de serviços exclusivamente na linha do metrô de São Paulo e o capital social subscrito elevado para R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais) e acumulado o valor total de aportes dos acionista de R\$ 138.450 (cento e trinta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil Reais) em 31 de dezembro de 2021.

Em reunião realizada em março de 2022 o Conselho de Administração da Companhia solicitou e os acionistas decidiram pelo aumento do capital subscrito em R\$ 875.000 (oitocentos e setenta e cinco milhões de Reais), dessa forma passando de R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais) para R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais), com a emissão de novas ações do tipo preferencial de classe B e o valor acumulado de aportes dos acionista de R\$ 698.450 (seiscentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) em 31 de dezembro de 2022.

Em reunião realizada em junho de 2024 o Conselho de Administração da Companhia solicitou e os acionistas decidiram pelo aumento do capital subscrito em R\$ 1.573.488 (um bilhão, quinhentos e setenta e três milhões, quatrocentos e oitante e oito mil reais), dessa forma passando dos atuais R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de reais), para R\$ 2.968.488 (dois bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil reais), com a emissão de novas ações do tipo preferencial de classe C; D e E.

As novas integralizações de capital social efetuados pelos acionistas e os valores acumulados de aportes foram de R\$ 1.002.920 em 31 de dezembro de 2023 para o valor de total acumulado de R\$ 1.365.602 no período findo em 31 de dezembro de 2024, abaixo apresentamos a movimentação acumulada.

Movimentação aportes acumulados de 2020 a 2023	R\$
Ano - 2021	138.450
Ano - 2022	560.000
Ano - 2023	304.470
Total de 2020 a 2023	1.002.920
Movimentação aportes acumulados de 2024	R\$
Janeiro de 2024	80.000
Março de 2024	130.696
Julho de 2024	20.702
Outubro de 2024	131.284
Total de 2024	362.682
Total de 2020 a 2024	1.365.602

O quadro abaixo destaca os acionistas participantes da sociedade e as suas respectivas participações e percentuais, tipo e classe de ações, nas posições findo em 31 de dezembro de 2023:

Tipo -ON – Ações Ordinárias				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	113.950	113.950	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	105.046	105.046	-
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	32.754	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	13.250	-
Total	100,00%	265.000	265.000	-
Tipo -PN - Ações Preferencias Classe A				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	109.650	109.650	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	101.082	101.082	-
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	11.358	20.159
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	12.750	-
Total	100,00%	255.000	234.840	20.159
Tipo -PN - Ações Preferencias Classe B				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	376.250	258.094	118.156
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	346.850	244.687	102.163
STOA Metro Brazil	12,36%	108.150	-	108.150
Linha Universidade Investimentos	5,00%	43.750	299	43.451
Total	100,00%	875.000	503.080	371.920
Capital consolidado	71,89%	1.395.000	1.002.920	392.080

O quadro abaixo destaca os acionistas participantes da sociedade e as suas respectivas participações e percentuais, tipo e classe de ações, nas posições findo em 31 de dezembro de 2024:

Tipo -ON – Ações Ordinárias				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	113.950	113.950	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	105.046	105.046	-
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	32.754	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	13.250	-
Total	100,00%	265.000	265.000	-
Tipo -PN - Ações Preferencias Classe A				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	109.650	109.650	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	101.082	101.082	-
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	31.518	-
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	12.750	-
Total	100,00%	255.000	255.000	-
Tipo -PN - Ações Preferencias Classe B				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	376.250	329.737	46.513
Linha Universidade Investimentos	5,00%	43.750	19.271	24.479
STOA Metro Brazil	12,36%	108.150	37.873	70.277
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	346.850	336.208	10.642
Total	100,00%	875.000	723.089	151.911
Tipo -PN - Ações Preferencias Classe C				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	89,58%	750.184	-	750.184
Linha Universidade Investimentos	10,42%	87.231	-	87.231
Total	100,00%	837.414	-	837.414
Tipo -PN - Ações Preferencias Classe D				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
Socgen Inversiones Financieras	100,00%	520.364	122.513	397.851
Total	100,00%	520.364	122.513	397.851
Tipo -PN - Ações Preferencias Classe E				
Quadro acionário	Partic. (%)	Ações subscritas	Ações integralizadas	Ações a integralizar
STOA Metro Brazil	100,00%	215.709	-	215.709
Total	100,00%	215.709	-	215.709
Capital consolidado	46,00%	2.968.488	1.365.602	1.602.886

(a) **Destinação do resultado:** Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos:

- (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social;

- (ii) Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia em sua alteração, a importância para o pagamento do dividendo obrigatório que era de no mínimo 5% passou a ser de 0% do lucro líquido ajustado.
- (iii) Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

Acordo de acionistas: Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e os administradores obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem em Tribunal Arbitral a ser constituído na Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“Câmara”).

16 Receitas e custos de construção

A Companhia registra na contabilidade as receitas em contrapartida do registro do ativo financeiro e os custos em contrapartida dos fornecedores contratados, resultante das operações da Fase I do contrato de concessão. O ativo financeiro está sendo atualizado pela expectativa de recebimento dos fluxos de caixas futuros quando começar a receber as receitas pelo funcionamento do metrô.

A Companhia encontra-se na Fase I do contrato de concessão e nessa fase não há previsão de recebimento das receitas tarifárias e demais receitas da exploração de espaços e de locação das estações.

Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Construção EPC	2.401.938	2.299.190
Receita Atualização Ativo Financeiro	1.586.598	846.863
Receitas outros serviços geotecnologia (b)	398.356	-
Receitas outros gastos operacionais	114.426	102.189
Total das Receitas Liquidas	4.501.318	3.248.242

Custos	31/12/2024	31/12/2023
Custo de Construção (a)	(2.401.938)	(2.299.190)
Custos de Seguros (c)	(7.536)	(7.556)
Custos de outros serviços geotecnologia (b)	(380.765)	(11.522)
Total custos dos serviços prestados	(2.790.239)	(2.318.268)

- (a) A variação ocorrida ao comparar os trimestres se refere a produção de obra que está em estágio mais avançado e acelerado acarretando maiores receitas e como consequências maiores custos.
- (b) Os valores registrados receitas referem-se aos valores a receber do PC Poder Concedente em decorrência dos eventos geotecnológicos que geraram incremento ao orçamento da obra, enquanto os custos são valores adicionais a serem repassados a construtora com conta dos incrementos em obras.
- (c) O contrato de concessão prevê a necessidade de contratação de apólices de seguros para garantir a cobertura e mitigar os possíveis riscos associados a obras, riscos das operações e riscos de não cumprimento das obrigações contratuais.

17 Despesas operacionais

Refere-se aos registros dos valores das despesas operacionais da companhia detalhados conforme abertura abaixo, os serviços contratados partes relacionadas, serviços contratados de terceiros, despesas com pessoal, administrativas e outras. Nos detalhes de serviços partes relacionadas pelo contratações do grupo e os valores pagos são referentes aos profissionais advindos da Espanha para as áreas de Engenharia e Financeira, contratados através de acordo entre as partes envolvidas, Brasil e Espanha através do contrato “Services Agreement”, considerado na rubrica de partes relacionadas.

A Companhia possui em alguns de seus contratos firmados com fornecedores a possibilidade de haver reajuste por índices pré-definidos, e oscilações dependendo da fase da obra e das demandas contratadas. Por conta dessas condições, houve impacto nos gastos do exercício em serviços contratados referentes a assessorias a), serviços operadores do sistema do metrô b) e serviços de certificadora c) indicados na quadros abaixo.

DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2024	31/12/2023
Serviços contratados - Partes Relacionadas	(17.594)	(20.932)
Total - Serviços contratados - partes relacionadas	(17.594)	(20.932)
Serviços contratados de assessorias	(15.755)	(11.363)
Serviços operador sistema metro	(20.633)	(11.211)
Serviços de certificadora	(21.003)	(12.638)
Serviços de sustentabilidade	(3.677)	(1.494)
Outras	(1.646)	(2.741)
Total - Serviços contratados - terceiros	(62.714)	(39.447)
Pessoal	(22.362)	(19.919)
Administrativas	(1.883)	(1.299)
Tributárias	(5.769)	(5.081)
Depreciação e Amortização	(734)	(674)
Total - Administrativas, tributárias e com pessoal	(30.748)	(26.973)
Total despesas operacionais	(111.056)	(87.352)

18 Resultado financeiro líquido

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
-------------------------------------	-------------------	-------------------

Rendimento sobre aplicações financeiras	25.494	29.099
(a)		
Demais receitas financeiras	2.397	-
Descontos obtidos	-	127
Total receitas financeiras	27.891	29.226
Juros sobre empréstimos BNDES (b)	(644.971)	(482.725)
Juros sobre empréstimos - Debentures (b)	(198.740)	(137.474)
Juros sobre empréstimos CCBS (b)	-	(6.915)
Juros sobre empréstimos - Cessão (c)	(1.772)	(5.592)
Demais despesas financeiras	(397)	(348)
Total despesas financeiras	(845.880)	(633.054)
Resultado Financeiro líquido	(817.989)	(603.828)

- (a) Resultado das operações com os recursos que permaneceram investidos em aplicações financeiras.
- (b) Operação com contrato de cessão e empréstimo ponte e o contrato de empréstimos BNDES de longo prazo.
- (c) As obrigações assumidas estão sujeitas a diferentes taxas de juros incidentes sobre cada operação e estão descritas na Nota Explicativa 13.3.

19 Desapropriações

A Concessionária será responsável pelas comunicações e pelo acompanhamento dos processos de desapropriações de imóveis previstos Decreto Estadual nº 58.025 de maio de 2012.

- ✓ **Artigo 1º** - A lista dos imóveis alcançados pela desapropriação, descritos nos autos do processo STM-107/2012, necessários para a implantação da Linha 6 – Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.
- ✓ **Artigo 2º** - Fica a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ autorizada a invocar o caráter de urgência nos processos judiciais de desapropriação.
- ✓ **Artigo 3º** - As despesas com a execução do presente decreto correrão a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Dessa forma os valores das indenizações são de responsabilidade do Poder Concedente que possui conta bancária específica na qual são aportados os valores de indenização aos donos dos imóveis, A Concessionária não controla esta conta e tem acesso somente para fins de consulta.

A cláusula 37ª do contrato de concessão prevê ainda que se a Concessionária, verificar a necessidade de utilização de áreas não contempladas pelo Decreto Estadual e que sejam necessárias à implantação do futuro Terminal de ônibus da Vila Cardoso, bem como à implantação integral da Linha 6, deverá a CONCESSIONARIA apresentar ao Poder Concedente os documentos previstos para imóveis que devam ser desapropriados.

A Companhia por meio dos seus assessores jurídicos identificou processos em nome da Move São Paulo, referentes à desapropriação de imóveis, apresentando histórico de mudança de nome da Move para Linha Uni, porém o contrato de concessão em conjunto com o Decreto Estadual 58.025/2012 prevê as responsabilidades financeiras e o alcance dos processos de desapropriação dos imóveis e a responsabilização do Poder Concedente.

Foram identificadas 188 ações referentes a processos de IPTU dos imóveis desapropriados, para as quais não é esperado desembolso financeiro pela Companhia, portanto, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há saldos provisionados ou divulgados relacionados às contingências envolvendo a Companhia.

20 Cobertura de apólices de seguros, fianças e garantias contratadas

A Companhia contrata coberturas de seguros, cartas de fiança e garantias para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta.

O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantir de riscos financeiros do Poder Concedente, e contratou a apólice nº 50014798 para mitigar os riscos. Através da apólice nº 2500446 a Companhia contrata coberturas para mitigar riscos associados ao escritório prédio e ao conteúdo. Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias juntos a instituições financeiras.

Companhia contratada	Garantia Contrato de Cessão	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A. 50% - Pottencial Seguradoras S.A - 50%	Nº 61902020881107750014798 Endosso nº002	Riscos Financeiros	858.513	18/12/2022 a 06/10/2025
Total Cobertura			858.513	

Abaixo apresentamos o sumário da apólice de seguros administrativo.

Companhia contratada	Contrato de Seguro administrativo	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	6.500	15/12/2024 a 15/12/2025
Total Cobertura			6.500	

Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias juntos a instituições financeiras, que possui pagamentos trimestrais e os custos são proporcionais a importância utilizada.

Concessionária Linha Universidade S.A.
Demonstrações financeiras período findo
31 de dezembro de 2024 e 2023

Companhia contratada	Garantia Empréstimos / Tipos de Seguros	Prazo de vigência	Valor nominal Cartas de Garantias	Valor de referência do limite de garantia	Importância utilizada
Banco ABC do Brasil	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	150.000	150.000	124.998
Banco BNP Paribas Brasil	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	400.000	400.000	333.329
Banco Bradesco	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	100.000	100.000	83.332
Banco Credit Agricole Brasil, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	426.000	426.000	354.995
CAF - Corporacion Andina de Fomento	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	200.000	136.734	113.943
ICO - Instituto de Crédito Oficial, E.P.E.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	600.000	410.201	341.830
Banco J.P. Morgan, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	283.000	283.000	235.830
INTESA SanPaolo, S.P.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	443.246	303.033	252.525
Banco Santander (Brasil), S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	500.000	500.000	416.661
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	443.246	303.033	252.525
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, S.A.	Carta de fiança / Garantia contratual BNDES	25/07/2022 a 31/07/2027	300.000	300.000	249.998
Total Cobertura			3.845.492	3.312.001	2.759.966